

Por Sidney Ito (*)

Empresas e instituições no mundo estão se empenhando cada vez mais na melhoria das práticas de governança corporativa. Aqui no Brasil não é diferente, os desafios para a implantação de boas práticas são temas prioritários que aparecem de forma consistente em nossas corporações. Em recente encontro promovido pelo ACI Institute, em São Francisco, na Califórnia, e que reuniu conselheiros de administração, membros de comitês de auditoria e líderes empresariais, incluindo uma delegação brasileira, muito se discutiu sobre como superar as expectativas dos investidores, stakeholders e das próprias empresas com relação a este assuntos.

Um dos pontos que mais gerou preocupação entre os participantes foi o crescente ativismo dos acionistas que, de forma significativa, pressiona a agenda do conselho de administração. O fato é que este maior ativismo tem se focado numa maior prestação de contas pelo conselho, com relação ao longo prazo. Questões relacionadas ao plano estratégico e a continuidade do modelo de negócio, atreladas ao plano de remuneração dos executivos são cada vez mais assuntos de escrutínio pelos investidores. Para lidar com isso, é necessário conhecer melhor e com mais profundidade as prioridades e interesses de cada acionista e a forma como interagem com a administração.

Outro assunto que vem pautando as discussões entre os membros de conselhos de administração é a ação das inovações disruptivas e como as constantes mudanças tecnológicas podem desestabilizar o negócio de uma forma rápida e significativa. Em um ambiente globalizado, as empresas e os seus conselhos de administração precisam estar preparados para os riscos relacionados às transformações que podem impactar significativamente o seu modelo de negócio ou mesmo a continuidade da empresa. Por isso, mais uma vez se enfatiza a importância do conselho estar diretamente envolvido na definição das estratégias e saber que elas podem precisar de ajuste ao longo do tempo, por vezes, de modo significativo.

Ainda dentro dos riscos, os cibernéticos permanecem como ponto de atenção. Torna-se cada vez mais essencial, inclusive, a presença de um especialista no assunto compondo o conselho de administração para permitir uma discussão mais aprofundada, visto que, atualmente, as ameaças virtuais precisam ser tratadas não só como um risco da área de tecnologia da informação, mas também como corporativo

Por fim, o que ficou claro também é que cada vez mais as ações regulatórias possuem abrangência global. A integração das leis anticorrupção (como o FCPA, UK Bribery Act e a Lei Anticorrupção Brasileira) e as regras internacionais de tributação (BEPS) proporcionam uma rica troca de informações e atuações em conjunto em investigações e nas definições de penas entre os órgãos reguladores. Nesse sentido, os conselheiros devem assegurar-se de que as empresas possuam sistemas e processos adequados e que possam cumprir as decisões acordadas.

Diante de tudo isso, os conselhos de administração precisam estar atentos e focar esforços nas questões de ética e de conduta, no ambiente de controles internos, no gerenciamento de riscos e na atuação do comitê de auditoria, já que eles serão fundamentais para a saúde financeira da empresa e para o atendimento ao compliance regulatório. Dessa forma, eles já terão dado o passo principal para manter a reputação da empresa, base fundamental para um crescimento sustentável e fortalecido.

(*) **Sidney Ito** é sócio da KPMG.

Fonte: Viveiros, em 30.06.2016.